

ENCARTE ESPECIAL

A OMISSÃO DO ESTADO DIANTE DAS CAUSAS AMBIENTAIS

ADUR-RJ INTENSIFICA LUTA CONTRA O ATERRO SANITÁRIO

Já que a Reitoria não cumpre deliberação do CONSU, ADUR-RJ recorre à Justiça

A Associação de Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – ADUR-RJ S. Sind. entrou em um conjunto de ações judiciais já existentes, cujos proponentes são movimentos da sociedade civil organizada, que questionam a construção de um aterro sanitário em Seropédica. O intuito desta iniciativa é levar a questão para o âmbito federal, apoiando-se nas deliberações do Conselho Universitário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CONSU/UFRRJ, instância máxima desta instituição de ensino, pesquisa e extensão.

O CONSU deliberou que a Reitoria da UFRRJ ingressasse com ação judicial contra a construção do empreendimento em Seropédica. Em sua 256ª reunião ordinária, realizada no dia 21 de junho de 2010, decidiu:

“I - aprovar moção em repúdio à instalação da Central de Tratamento de Resíduos (CTR) em Seropédica;
II - ingressar com ação judicial pública por conta das perdas e danos que incidirão sobre o município de Seropédica e sobre a UFRRJ devido à implantação do CTR”.

A deliberação do CONSU foi reafirmada no dia 20 de dezembro de 2010, durante sua 263ª reunião ordinária, quando novamente deliberou:

“aprovar que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na representação do Magnífico Reitor, ingresse com ação judicial pública por conta das perdas e danos que incidirão sobre o município de Seropédica e

O CONSU delibera:

“aprovar que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na representação do Magnífico Reitor, ingresse com ação judicial pública por conta das perdas e danos que incidirão sobre o município de Seropédica e sobre a UFRRJ devido à implantação da Central de Tratamento de Resíduos (CTR), em Seropédica”. Deliberação do CONSU da UFRRJ em 20/12/10

sobre a UFRRJ devido à implantação da Central de Tratamento de Resíduos (CTR), em Seropédica”.

A ADUR-RJ entende que o Conselho Universitário da UFRRJ reconhece a gravidade do tema, pois, os impactos de um aterro sanitário neste município interferirão no funcionamento desta Universidade, bem como acarretarão

em danos ambientais e ameaçarão a qualidade de vida dos habitantes de Seropédica e das cidades vizinhas.

A intenção da ADUR-RJ é fomentar o ingresso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro nessas ações judiciais, uma vez que o Reitor, até o presente momento, ainda não cumpriu a deliberação do CONSU, conforme as resoluções acima apresentadas.

FÓRUM DE MOBILIZAÇÃO CONTRA O ATERRO SANITÁRIO EM SEROPÉDICA INICIA O ANO LETIVO COM REUNIÃO

No dia 3 de março, a ADUR-RJ sediou a primeira reunião deste ano do Fórum de Mobilização contra o Aterro Sanitário em Seropédica.

Estiveram presentes professores e técnico-administrativos da Rural, o representante do Movimento Popular de Seropédica e de outras entidades da sociedade civil do município. Houve também a participação expressiva dos alunos da Rural, representantes dos Diretórios Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes – DCE. Juntos, aprovaram uma agenda de atividades, conforme a seguir:

14 a 19/03 – Semana de Mobilização

15/03 – Reunião do Fórum de Mobilização contra o aterro Sanitário às 17h, na sede da ADUR-RJ.

22/03 – ATO EM DEFESA DA VIDA – CONTRA O ATERRO SANITÁRIO EM SEROPÉDICA.

PARTICIPEM!

PROFESSOR DA UFRRJ CONDENA ATERRO EM SEROPÉDICA

Pesquisa da Coppe avalia gestão de resíduos sólidos no Rio de Janeiro

O Professor Cícero Augusto P. Pimenteira é docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, lotado no Instituto Três Rios.

Ele possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e mestrado em Programa de Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). É doutor em Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010), sob orientação dos especialistas Luiz Pingelli Rosa e Maria Silvia Muylaert de Araujo.

Abaixo, reproduzimos a matéria publicada pelo site Planeta Coppe. Especialista na área, o Prof. Cícero atesta que a construção de um aterro sanitário em Seropédica é um grande equívoco.



De 15 mil toneladas de resíduos sólidos coletados no Estado do Rio de Janeiro, apenas 8% são selecionados para reciclagem. E desse reduzido percentual, somente 4% conseguem ser reaproveitados pela indústria. De acordo com a tese de doutorado defendida na Coppe pelo pesquisador Cícero Pimenteira, com uma melhor gestão pública e tecnologias disponíveis, hoje, 80% do material destinado para a reciclagem poderia ser reaproveitado na indústria, reduzindo prejuízos econômicos e passivos ambientais.

A má gestão e, no caso de alguns municípios, a falta de recursos para o orçamento aplicado na limpeza pública acarretam prejuízos ambientais e econômicos, podendo resultar em problemas de saúde, como, por exemplo, epidemias de dengue e leptospirose. “A quantia que o governo deixou de aplicar em limpeza pública provavelmente terá de ser gasta em ações emergenciais, tanto em saúde

como em obras de contingenciamento. Em geral, os prejuízos são bem maiores”, adverte o pesquisador, que cita a tragédia ocorrida recentemente no Morro do Bumba, em Niterói, onde os moradores ocuparam o terreno de um lixão com a anuência da prefeitura.

No estudo que desenvolveu durante quatro anos para a tese de doutorado defendida no Programa de Planejamento Energético da Coppe, sob a orientação do professor Luiz Pinguelli Rosa, Cícero avaliou as ações dos gestores de resíduos sólidos de 19 municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro e o impacto de suas decisões sobre outros setores da sociedade. Foram analisadas ações de médio e longo prazo propostas por municípios e avaliado como as decisões tomadas por gestores de políticas públicas no setor impactam a destinação dos gastos públicos empregados na gestão de resíduos sólidos.

Instalar um aterro no município de Seropédica é um equívoco

Como parte do estudo, Cícero também avaliou as propostas para a substituição do aterro de Gramacho, que recebe, diariamente, 8 mil toneladas de lixo, somente do Rio de Janeiro, fora outros municípios, e encontra-se em processo de encerramento. Uma das alternativas propostas para substituir Gramacho é instalar um aterro em Seropédica, município da região metropolitana do Rio.

Para o pesquisador, a transferência da disposição final de resíduos para o município de Seropédica é um equívoco, um erro no planejamento estratégico do estado no médio e longo prazo. “O local proposto está situado sobre o aquífero Piranema e próximo ao rio Guandu, que é responsável pelo abastecimento de água do Rio de Janeiro. O risco de contaminação é muito alto”, adverte o pesquisador.

Segundo Cícero, a escolha de Seropédica também é um erro em termos de planejamento estratégico de longo prazo, se consideradas as condições físicas da região. O aterro de Gramacho já atingiu o seu limite. “É necessário um substituto imediato, mas, estrategicamente, é um equívoco em termos de planejamento e de risco ambiental”, critica.

Outro problema identificado durante a pesquisa é de capacitação técnica dos responsáveis pela gestão. “Muitas das prefeituras não dispõem de corpo técnico capacitado para tomar decisões acertadas. O que percebemos é que geralmente os gestores não sabem interpretar ou não analisam com qualidade todas as informações disponíveis”, acrescenta.

Por essa razão, Cícero insiste na qualificação continuada dos gestores de resíduos sólidos. Para ele, não se pode pensar a gestão apenas buscando tecnologias de melhor aproveitamento dos resíduos, sem preparar as pessoas responsáveis para a coordenação dessas ações. “Hoje, não entendemos como foi possível instalar o aterro de Gramacho em cima de um manguezal, mas discute-se a implantação de um aterro sobre um aquífero que poderá suprir o abastecimento de água para o estado. As consequências podem ser desastrosas”, alerta Cícero.

Avaliação de gestores de resíduos contraria dados oficiais

Para realização da pesquisa, Cícero elaborou um questionário que foi submetido a gestores de resíduos sólidos de 19 municípios da região metropolitana do Rio, que representam cerca de 80% da população do estado.

“Constatai nas respostas uma grande diferença entre os dados e resultados das estatísticas oficiais e a percepção dos gestores em relação ao trabalho. Muitos gestores, por exemplo, avaliaram de forma positiva

“O local proposto está situado sobre o aquífero Piranema e próximo ao rio Guandu, que é responsável pelo abastecimento de água do Rio de Janeiro. O risco de contaminação é muito alto”, adverte o pesquisador sobre os danos ambientais que podem ser causados por um aterro sanitário em Seropédica.



os recursos disponíveis e a qualidade dos serviços, contrariando a avaliação do IBGE e do Pnud, que os consideram abaixo da média”, revela.

Para processar as informações coletadas durante a pesquisa e compará-las com dados de institutos de pesquisa oficiais, o pesquisador lançou mão da lógica fuzzy, uma sofisticada ferramenta de modelagem que contempla variáveis quantitativas e qualitativas, como volume de matéria orgânica e inorgânica, lixo per capita, orçamento municipal destinado à gestão de resíduos sólidos, tratamentos de disposição final do lixo empregados pelas prefeituras, coleta seletiva e reciclagem.

Segundo Cícero, a sociedade necessita de novas formas de consumo menos intensivas de recursos. “Toda a pesquisa que envolve análise de resíduos gerados pela sociedade direciona para uma necessidade de mudança no padrão de consumo. Reduzir o volume de lixo depende de uma maior capacitação técnica daqueles que administram os recursos públicos relativos à gestão dos resíduos sólidos”, acredita.

FONTE: <http://www.planeta.coppe.ufrj.br/artigo.php?artigo=1289>

Crédito do texto e das imagens: Planeta Coppe

MORADORES DE SANTA CRUZ SE UNEM CONTRA A TK-CSA

O Comitê dos Atingidos pela Vale, está com uma campanha para impedir a licença de operação definitiva da siderúrgica TKCSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico).

DECLARAÇÃO DE SANTA CRUZ

Nós, moradores e pescadores do entorno da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TK-CSA), estamos sofrendo com os impactos negativos da empresa desde 2006, início da instalação do projeto da ThyssenKrupp e da Vale. Desde então, muitos grupos e organizações vêm denunciando, dentro e fora do Brasil, os crimes socioambientais e as constantes violações de direitos humanos cometidos pela TK-CSA. No início, eram os pescadores artesanais que sofriam com a poluição e contaminação das águas, o desmate do manguezal, a redução e comprometimento da pesca e a privatização dos rios e da Baía. Com a inauguração da TK-CSA, em 18 de junho de 2010, esse universo aumentou, passando a incorporar moradores que pagam com a saúde e qualidade de vida pela fixação da empresa em sua vizinhança. As crianças, os idosos e as mulheres são os que mais sofrem. Além da poluição, as obras da empresa alteraram o sistema de drenagem do entorno da planta elevando a ocorrência de alagamentos, o trem que chega com minério e que passa próximo a muitas residências é fonte de muito ruído e poeira e algumas vias públicas foram fechadas e privatizadas pela empresa, como a antiga estrada que liga Santa Cruz a Itaguaí.

Desde 2006 avanços foram obtidos. Em dezembro passado, o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) ajuizou uma ação penal responsabilizando a empresa e dois dos seus diretores (que podem pegar até 19 anos de prisão) por crimes ambientais. No dia 14 de dezembro, o MPRJ e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) determinaram que fosse realizada uma auditoria independente para permitir o funcionamento do segundo alto-forno. Contudo, como a empresa possui poder econômico e político muito grande, dois dias depois, o Governo do Estado e a Secretaria do Ambiente passaram por cima dessa medida e autorizaram o funcionamento da usina. Isso gerou maiores emissões do pó prateado, com ápice no dia 26 de dezembro. Logo após, a TK-CSA declarou, com o consentimento da Secretaria de Ambiente do Rio de Janeiro, que indenizaria 6.000 famílias de Santa Cruz unicamente pelo incômodo de terem tido suas residências sujas no dia 26. A empresa insiste que o único impacto negativo

foi a sujeira causada às residências! No dia 5 do corrente mês, o INEA aplicou outra multa na empresa e exigiu a realização de ações de compensações no entorno da usina.

A multa e as medidas de compensação são necessárias e uma importante vitória. Contudo, não bastam! Nós, os pescadores e moradores do entorno da empresa, sofremos continuamente com os impactos negativos da TK-CSA. Especialistas da Fiocruz afirmam que o material particulado emitido pode conter elementos que irritam o aparelho respiratório e que podem provocar até câncer. No curto e médio prazos, já se nota o aumento de casos de alergias dermatológicas, respiratórias e oftalmológicas. Não obstante a multa, a compensação dessas famílias é um DIREITO da população e responsabilidade da empresa. A conclusão de que o único dano causado foi a sujeira é infame e criminoso, pois omite a responsabilidade da TK-CSA e viola direitos. A compensação deve ser por todos os danos causados até o momento: na saúde, no meio ambiente, nas moradias, na qualidade de vida e na negação do direito ao trabalho. Deve também ser estipulada em montante e no seu universo por um órgão independente, como o Ministério Público ou universidades e instituições de pesquisa, não pela própria empresa com interesse em subvalorizar sua responsabilidade. É inadmissível que a empresa, no lugar de compensar os moradores por todos os danos causados, arque somente com a limpeza das residências e com obras de maquiagem como pavimentação e asfaltamento, drenagem de canais, projetos em escolas e construção de unidades de saúde. As obras de infraestrutura pública e de saneamento básico e, principalmente, os serviços de educação e saúde, que são direitos constitucionais, são essenciais e um direito da população da Baía. No entanto, devem ser providos a todos e sem distinção pelo Estado e não pela iniciativa privada. São direitos essenciais a vida digna e, portanto, não podem ficar a mercê das variações do mercado e de ações de marketing das empresas.

Ao mesmo tempo, a escolha da Usiminas para realizar auditoria na TK-CSA implica um alto grau de conflito de interesses e descaracteriza a independência exigida pelo MPRJ. A Usiminas tem a PREVI como detentora de parte do seu capital votante que também é um dos maiores controladores da Vale, sócia da TK-CSA. A Vale, em 2008, detinha inclusive ações da Usiminas.

Exigimos que a licença prévia da usina não seja renovada e que a Licença de

Operação definitiva da TK-CSA seja negada. O processo produtivo da empresa e as medidas de prevenção da poluição precisam mudar. Além das claras evidências, a experiência comprova que a usina coloca em risco a saúde e o meio ambiente. A concessão da Licença de Operação será o mais grave CRIME SOCIOAMBIENTAL contra a Baía de Sepetiba. Ela fere e desrespeita o Princípio da Precaução fundamentado na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 31/08/1981).

Adicionalmente, a TK-CSA apresenta padrões de segurança e de contenção da poluição inferiores àqueles exigidos na Alemanha, país-sede de um de seus controladores. Lá, além de cinturões verdes para reduzir a poluição, é exigida a instalação de filtros mais eficientes, não implantados na TK-CSA em Santa Cruz pelo seu elevado custo. Adicionalmente as isenções fiscais de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) precisam ser anuladas, bem como interrompido e cancelado o financiamento público do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Por fim, clamamos pela revogação dos planos de investimento e concessões para transformar a Baía de Sepetiba num complexo siderúrgico e portuário. Esse plano representa o fim da categoria de pescadores artesanais, tão numerosos na Baía, e a transformação dela num lugar incompatível com a saúde e qualidade de vida de seus moradores. Constitui também desrespeito à Constituição Federal Brasileira (artigo 225, § 1º, inciso IV) que garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Recai sobre o Poder Público a responsabilidade maior. O Estado deve ser responsável por garantir o direito à ampla informação, os devidos esclarecimentos e prestar assistência aos grupos da Baía, bem como cuidar para que o interesse público seja prioritário. No lugar de projetos industriais de cima para baixo, nós, moradores e pescadores da Baía de Sepetiba, necessitamos e demandamos políticas públicas de geração de emprego, saúde, educação, segurança e lazer que ampliem nossa qualidade de vida e que assegurem a sustentabilidade social e ambiental da Baía de Sepetiba, hoje e no futuro.

FONTE: CSP-Conlutas